

## ELEIÇÕES 2024

# Propostas que reduzem poder do STF avançam

Comissão aprovou duas PECs e dois projetos movidos por bolsonaristas que limitam decisões monocráticas, autorizam Parlamento a anular julgamentos da Corte e estabelecem impeachment de magistrado

Agência Estado

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira, 8, um pacote de medidas legislativas anti-STF com o objetivo de diminuir o poder dos ministros e até controlar o Supremo Tribunal Federal. Foram duas propostas de emenda constitucional (PECs) e dois projetos de lei.

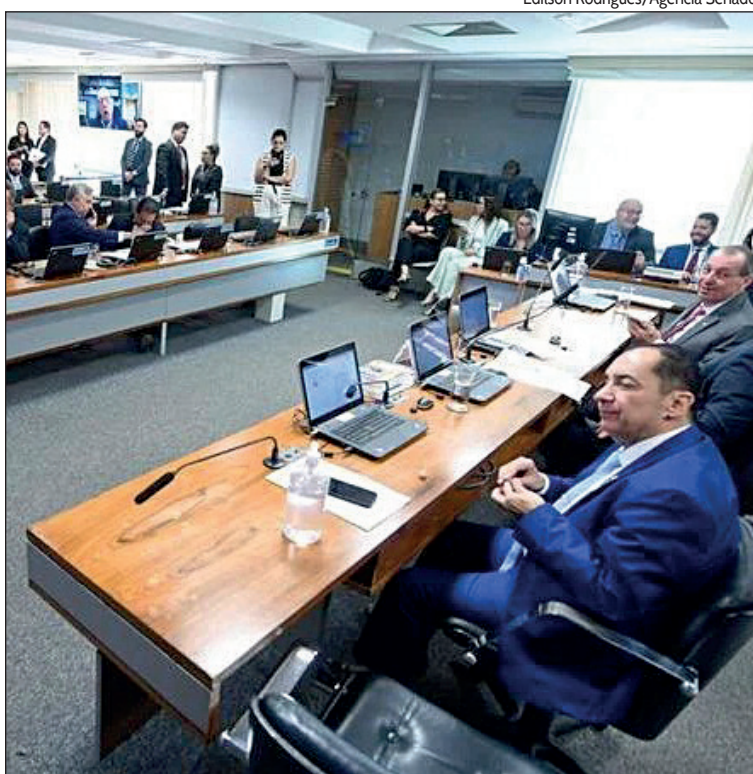
As iniciativas limitam poderes dos magistrados tomando decisões isoladas, autorizam o Parlamento a anular julgamentos do Supremo e criam um novo rito para processos de impeachment de ministros da Corte. As duas PECs ainda estão em fase inicial de tramitação no Congresso. A partir de agora, cabe ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) criar comissão especial para analisar as duas PECs. Já tratando da sucessão no comando da Casa, Lira terá que definir se pretende, no final do mandato, abrir um foco de choque com o Supremo.

Ministros da Corte já tinham manifestado aceitar uma das mudanças em discussão no Congresso: a primeira PEC aprovada nesta quarta-feira que limita as decisões monocráticas para impedir que magistrado conceda sozinho limitar para sustar efeitos de projetos aprovados no Parlamento.

Já a segunda PEC não é bem-vista na Corte. A proposta de emenda à Constituição (PEC) dá ao Congresso o poder de sustar uma decisão do STF. Seria preciso, nesse caso, dois terços de votos das duas Casas, isto é, 342 deputados e 54 senadores, para derrubar, num prazo de até dois anos prorrogáveis em até mais um novo biênio.

## CRÍTICAS

A votação dessa segunda PEC na CCJ foi duramente criticada por juristas. “Isso é absolutamente inconstitucional porque viola a cláusula



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Propostas lidas tiveram votos favoráveis dos respectivos relatores

pétrea. A Constituição estabelece expressamente que não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a separação dos poderes”, avaliou o ex-ministro do STF Carlos Velloso em conversa com o Estadão.

Velloso defende que a crise instalada na Praça dos Três Poderes deve ser resolvida em “altos termos”, ou seja, em conversas entre os presidentes das duas instituições. Para o magistrado aposentado, a decisão do Congresso de autorizar que parlamentares cassem decisões de ministros do STF é “própria de uma republiqueta de bananas”.

O professor de direito constitucional da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) Oscar Vilhena corrobora a avaliação de que a CCJ aprovou um texto inconstitucional que viola as prerrogativas de cada poder. “É uma violação muito afrontosa que a Câmara só aprovou com o objetivo de ampliar o atrito com o Judiciário porque ela sabe de antemão que isso será declarado inconstitucional, caso o Senado aprove. O tom é de provocação”, afirmou.

## REVISÃO

A PEC que dá poder de revisão ao Congresso é de autoria do deputado Reinhold Stephanes Jr. (PSD-PR) e tem a relatoria do deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP). Para Bragança, o texto resgata os poderes do Legislativo. “(A PEC) traz de volta para o Congresso a possibilidade de criar um freio para o ativismo judicial. Criar um freio não é uma questão de sobrepor a um poder”, argumenta.

Governistas fizeram uma forte crítica à proposta. “Essa PEC é um despautério. Claramente ela fere o princípio pétreo do equilíbrio entre os Poderes. Ela pretende criar um Legislativo hipertrofiado”, diz o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ). Foi graças a Lira que a PEC ganhou força. Em agosto, ele desengavetou essa emenda e a que trata das decisões monocráticas como retaliação ao Supremo, validou decisão do ministro Flávio Dino de suspender as emendas parlamentares ao Orçamento.



Marco Feitosa  
feitosa@rodovallhofeitosa.com.br

OLHAR  
360

## Protagonismo das rejeições

As escolhas de votos estão sendo tomadas muito mais em razão de afastamento gerado pela rejeição do que por conta de adesão e engajamento

Passados os primeiros dias após a apuração eleitoral do primeiro turno, algumas surpresas nos resultados apurados pelas urnas nos mostraram uma forte característica nas escolhas adotadas pelo eleitor. Tomando por exemplo a apuração na cidade de São Paulo, a acirradíssima disputa entre os três principais candidatos certamente foi definida nos últimos dias da campanha.

Buscando reverter uma tendência de alta em sua rejeição, o ex-coach Pablo Marçal naufragou ao apostar suas fichas em um laudo falso buscando atingir seu adversário Guilherme Boulos.

Sem considerar as diferenças estratégicas em termos de “captação de público” existentes entre redes sociais e realidade eleitoral e em um cenário de disputa extremamente apertada, o ex-coach viu parte pequena, porém certamente significativa, de seus votos migrar para o “moderado” Ricardo Nunes nos dias finais da campanha por conta da rejeição à sua conduta.

Em terras rio-pretenses, os efeitos da impugnação do registro da candidatura de Itamar Borges (até então apontado como postulante mais bem colocado nas pesquisas) e o esforço conjunto de seus adversários em expor à população questionamentos e fatos relacionados ao passado do candidato do MDB, certamente, resultaram em um inesperado e súbito aumento de sua rejeição.

Se em São Paulo o efeito da rejeição à candidatura de Pablo Marçal resultou em uma esperada migração de votos para Ricardo Nunes, em Rio Preto as urnas apuraram uma surpresa, com forte definição e alinhamento pelos eleitores na última hora em torno da candidatura do Coronel Fábio Candido.

Numa campanha marcada por baixa adesão a debates propositivos e fortes enfrentamentos em termos de vieses éticos, até o momento podemos notar que as escolhas de votos pelo eleitor estão sendo tomadas muito mais em razão de afas-

tamento gerado pela rejeição decorrente de exposições eleitorais do que por conta de adesão e engajamento e intenções demonstradas por manifestações e pesquisas prévias.

Neste contexto, a temperatura morna das respostas aos ataques sofridos pela candidatura Itamar, somada ao baixo engajamento e rejeição à candidatura Valdomiro (candidatos representantes dos dois principais projetos políticos da cidade), permitiu a chegada ao segundo turno do Coronel Fábio Candido.

Sem passado político, contra a candidatura do Coronel são alegados como argumentos negativos por seus adversários questões relativas ao alinhamento com o pensamento bolsonarista (o qual não desagradou parcela expressiva do eleitorado), questionamentos relativos a seu vice-prefeito e só.

Para um pleito no qual a população apresenta enorme repulsa e evita participar ao máximo (vide o expressivo percentual de abstenções, votos brancos e nulos), quanto menor o telhado de vidro, maior a dificuldade dos adversários fomentarem rejeição.

Gostemos ou não, fato é que a baixa qualificação da classe política não se reflete apenas nos candidatos, mas reflete igualmente no “modus operandi” da campanha e, também, nas escolhas do eleitor.

Há muito tempo não se discute ideias, propostas e planos de governo. Os debates em torno das eleições estão cada vez mais marcados por agressões, fake news e discussões sobre lamentáveis folhas corridas e históricos judiciais de candidatos, os quais se contorcem para justificar circunstâncias e situações que não seriam minimamente aceitáveis para nossas vidas particulares.

De se lamentar a “normalização” do intolerável.

Enquanto isso, a nós, resta apenas optar pelo mal menor.

Marco Feitosa

Advogado e coordenador do Estado de São Paulo do Movimento Livres

As informações e opiniões formadas nos artigos são de responsabilidade única do autor e não refletem, necessariamente, as opiniões do jornal. O posicionamento do Diário está expresso em seus editoriais.